

## Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

Companhia Fechada – CNPJ/MF nº 01.206.480/0001-04

## Relatório da Administração

## Senhores acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

De acordo com a legislação societária, fica assegurado aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício.

## Investimentos

Os investimentos, que são ativos garantidores das provisões técnicas, composto por títulos de renda fixa e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício, o montante de R\$ 2.066 milhões (R\$ 1.749 milhões em 2017). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" e "Ao Valor Justo por Meio do Resultado" em atendimento a Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

## Provisões Técnicas

O valor contabilizado das provisões técnicas, em 2018 era de R\$ 2.063 milhões (R\$ 1.731 milhões em 2017).

## Desempenho Operacional

A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. apresentou em 2018, prejuízo líquido de R\$ 1.049 mil (lucro líquido de R\$ 2.560 mil 2017). Os ativos totais atingiram o montante de R\$ 2.113 milhões em 2018 (R\$ 1.774 milhões em 2017), enquanto que o patrimônio líquido atingiu R\$ 33.418 mil (R\$ 21.468 mil em 2017).

O volume de prêmios emitidos e rendas de contribuição atingiram R\$ 360.504 mil em 2018 (R\$ 138.983 mil em 2017) e os prêmios ganhos e receita de contribuição atingiram R\$ 63 mil em 2018 (R\$ 20.854 mil em 2017).

As despesas administrativas atingiram R\$ 2.591 mil em 2018 (R\$ 5.440 mil em 2017).

## Controles Internos e Compliance

O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe SOX, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles.

Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de *Group Risk Management*, permitindo uma gestão adequada destes controles.

A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich.

Quanto à estrutura de *Compliance*, o Grupo Zurich mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade do departamento de *Compliance* a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conse-

lho Administrativo.

Também é de responsabilidade do *Compliance* a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de *Compliance* na empresa e o monitoramento do cumprimento dos *standards* do Grupo Zurich.

## Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich.

Na opinião da administração, estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Zurich Brasil Vida e Previdência S.A..

## Agradecimentos

A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)							
ATIVO	Nota explicativa	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.098.241</b>	<b>1.757.143</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.069.904</b>	<b>1.745.334</b>
Disponível	5	8.023	8.753	Contas a pagar		10.034	15.535
Caixa e bancos		5.407	7.565	Obrigações a pagar	8	9.588	15.337
Equivalente de caixa		2.616	1.188	Impostos e encargos sociais a recolher		446	175
<b>Aplicações</b>	<b>6</b>	<b>2.058.200</b>	<b>1.735.257</b>	Impostos e contribuições		–	23
Outros créditos operacionais		3.025	2.143	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>536</b>	<b>1.030</b>
Títulos e créditos a receber		4.454	3.705	Prêmios a restituir		536	682
Créditos tributários e previdenciários	7	4.454	3.553	Outros débitos operacionais		–	348
Outros créditos		–	152	<b>Depósitos de terceiros</b>		<b>–</b>	<b>295</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>9</b>	<b>184</b>	<b>175</b>	<b>Provisões técnicas – seguros</b>	11(a)	<b>1.314.396</b>	<b>1.117.303</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>9</b>	<b>1.187</b>	<b>7.110</b>	Danos		–	59.575
				Vida com cobertura por sobrevivência		1.314.396	1.057.728
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>14.263</b>	<b>17.255</b>	<b>Provisões técnicas – previdência complementar</b>	11(b)	<b>744.938</b>	<b>611.171</b>
Realizável a longo prazo		14.263	17.233	Planos não bloqueados		52	119
<b>Aplicações</b>	<b>6</b>	<b>8.649</b>	<b>13.590</b>	PGBL		744.886	611.052
Títulos e créditos a receber		3.794	3.643	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.182</b>	<b>7.596</b>
Depósitos judiciais e fiscais	10(a)	3.794	3.643	Contas a pagar		59	74
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>9</b>	<b>24.989</b>	<b>–</b>	Tributos diferidos		59	74
<b>Imobilizado</b>		<b>–</b>	<b>22</b>	<b>Provisões técnicas – seguros</b>	11(a)	<b>2.086</b>	<b>1.176</b>
Bens móveis		–	22	Vida com cobertura por sobrevivência		2.086	1.176
				<b>Provisões técnicas – previdência complementar</b>	11(b)	<b>1.995</b>	<b>1.565</b>
				Planos não bloqueados		256	245
				PGBL		1.739	1.320
				<b>Outros débitos</b>	10(b)	<b>5.042</b>	<b>4.781</b>
				Provisões judiciais		5.042	4.781
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12	<b>33.418</b>	<b>21.468</b>
				Capital social		25.628	12.628
				Reservas de lucros		7.701	8.750
				Ajuste de avaliação patrimonial		89	90
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.112.504</b>	<b>1.774.398</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.112.504</b>	<b>1.774.398</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>12.628</b>	<b>6.798</b>	<b>(99)</b>	<b>–</b>	<b>19.327</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	189	–	189
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.560	2.560
Reserva legal	–	128	–	(128)	–
Dividendos	–	–	–	(608)	(608)
Reservas estatutárias	–	1.824	–	(1.824)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>12.628</b>	<b>8.750</b>	<b>90</b>	<b>–</b>	<b>21.468</b>
Aumento de capital	13.000	–	–	–	13.000
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(1)	–	(1)
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(1.049)	(1.049)
Reservas estatutárias	–	(1.049)	–	–	(1.049)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>25.628</b>	<b>7.701</b>	<b>89</b>	<b>–</b>	<b>33.418</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 1. Informações gerais

A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora") anteriormente denominada Zurich Vida e Previdência S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que opera nos ramos de seguro de vida e previdência complementar aberta, em qualquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo participar em outras sociedades, observadas as disposições pertinentes.

O capital social da Seguradora é constituído por 531.541 ações ordinárias, tendo como acionista a Seguradora Zurich Minas Seguros S.A..

Conforme a Circular SUSEP nº 535/16 e alterações posteriores, a Seguradora opera com grupo de ramos e é autorizada a operar com pessoas coletivas, pessoas individuais e previdência complementar e atualmente, a Seguradora opera com produto de previdência.

Em 2018, a seguradora revogou o contrato de DPVAT, sendo este seu último ano de atuação com o produto.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2019.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

## Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

## 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentado pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, exceto quando indicado ao contrário, se encontram em milhares de reais, arredondando para o milhar mais próximo e com a consequência de que os montantes arredondados podem nem sempre somar com os totalizadores apresentados.

## 2.2. Moeda funcional, moeda de apresentação e transação com moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora é o real. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro.

## 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.4. Ativos financeiros

## (a) Classificação

A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

## (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes independentes da sua data de vencimento.

## (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

## (iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber DPVAT", "Outros créditos operacionais" e "Outros créditos". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (perda) no mínimo anualmente.

## (b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos

Demonstrações do Resultado			
Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado básico por ação)	Nota explicativa	2018	2017
Rendas de contribuições e prêmios		360.504	138.983
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(360.451)	(138.162)
<b>(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL</b>		<b>54</b>	<b>821</b>
<b>(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas</b>		<b>5.126</b>	<b>3.738</b>
<b>(+/-) Variações de outras provisões técnicas</b>		<b>(1.329)</b>	<b>(93)</b>
<b>(-) Benefícios retidos</b>		<b>(19)</b>	<b>(133)</b>
<b>(-) Custos de aquisição</b>	13(c)	<b>(2.155)</b>	<b>(6.228)</b>
<b>(-) Outras receitas e despesas operacionais</b>	13(d)	<b>(49)</b>	<b>(63)</b>
<b>Prêmios emitidos</b>	13(a)	<b>–</b>	<b>20.792</b>
<b>(+) Contribuições para cobertura de riscos</b>		<b>63</b>	<b>62</b>
<b>(=) Prêmios ganhos</b>		<b>63</b>	<b>20.854</b>
<b>(-) Sinistros ocorridos</b>	13(b)	<b>–</b>	<b>(17.493)</b>
<b>(-) Custos de aquisição</b>	13(c)	<b>(12)</b>	<b>4.758</b>
<b>(-) Outras receitas e despesas operacionais</b>	13(d)	<b>(8)</b>	<b>(376)</b>
<b>(-) Despesas administrativas</b>	13(e)	<b>(2.591)</b>	<b>(5.440)</b>
<b>(-) Despesas com tributos</b>	13(f)	<b>(1.366)</b>	<b>2.892</b>
<b>(+) Resultado financeiro</b>	13(g)	<b>567</b>	<b>1.510</b>
<b>(=) Resultado operacional</b>		<b>(1.719)</b>	<b>4.747</b>
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b>(1.719)</b>	<b>4.747</b>
Imposto de renda	7(a)	426	(1.215)
Contribuição social	7(a)	244	(972)
<b>Prejuízo/(lucro) líquido do exercício</b>		<b>(1.049)</b>	<b>2.560</b>
Quantidade de ações	2.13	531.541	329.236
Prejuízo/(lucro) básico por ação em R\$	2.13	(1,97)	7,77

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)			
		2018	2017
<b>Prejuízo/(lucro) líquido do exercício</b>		<b>(1.049)</b>	<b>2.560</b>
Ajuste de avaliação patrimonial		(16)	263
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial (nota 6 (a))		15	(74)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(1.050)</b>	<b>2.749</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)			
Atividades operacionais	Nota	2018	2017
Prejuízo/(lucro) líquido do exercício		(1.049)	2.560
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações		–	19
Perda na alienação de imobilizado		22	–
Provisões judiciais	10 (b)	261	(5.240)
<b>Variação das contas patrimoniais:</b>			
Aplicações		(318.004)	(406.260)
Outros créditos operacionais		(880)	102
Créditos tributários e previdenciários		(901)	2.514
Depósitos judiciais e fiscais		(151)	5.672
Outros créditos		152	(58)
Despesas antecipadas		(10)	–
Custo de aquisição diferidos		(19.065)	(5.841)
Obrigações a pagar		(5.765)	9.556
Impostos e contribuições		(23)	428
Débitos de operações com seguros e resseguros		(494)	60
Depósitos de terceiros		(295)	(371)
Provisões técnicas – seguros		198.003	248.778
Provisões técnicas – previdência		134.197	147.610
Outros passivos		271	(226)
<b>Caixa consumido nas atividades operacionais</b>		<b>(13.730)</b>	<b>(697)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Juros pagos		–	(18)
Distribuição de dividendos e juros ao capital próprio		–	(418)
Aumento de Capital		13.000	–
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>		<b>(730)</b>	<b>(1.133)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(730)</b>	<b>(1.133)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.753	9.886
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.023	8.753

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

## Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

**(c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros****(i) Ativos contabilizados ao custo amortizado**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros, incluindo títulos patrimoniais, perderam valor, incluem mas não se limitam a:

- . dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- . quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal;
- . desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

. dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato.

**(ii) Ativos classificados como disponíveis para venda**

A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações, reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado.

**(d) Instrumentos financeiros derivativos**

Durante o exercício de 2018 e 2017, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos.

**2.5. Contratos de seguros**

A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem risco de seguro. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo, no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico ou adverso ao segurado.

Risco significativo de seguro é quando a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) é maior do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

**2.6. Provisões judiciais e ativos contingentes**

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações posteriores.

(a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo.

(b) Provisões judiciais não relacionadas a sinistro: são constituídos pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

**2.7. Provisões técnicas****(a) DPVAT**

São constituídas Provisão de sinistros a liquidar (PSL), Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) e Provisão para despesas administrativas (PDA) para o seguro de danos provocados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), com base nos informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., de acordo com a legislação específica do CNSP.

Em 2018 a seguradora não constituiu provisões técnicas para o seguro de danos provocados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), por não operar mais com o produto de DPVAT.

**(b) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)**

Será calculada de acordo com o valor das contribuições pagas, deduzido, quando for o caso, o carregamento, e o valor das portabilidades de recursos de outros planos previdenciários, calculados diariamente de acordo com a rentabilidade das quotas de fundos de investimentos especialmente constituídos (FIE), onde estão aplicados os referidos recursos.

**(c) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)**

A Provisão matemática de benefícios concedidos corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros decorrente do evento gerador, calculada de acordo com a Nota Técnica Atuarial do plano e de acordo com as características da cobertura do mesmo.

**(d) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)**

A finalidade desta provisão é cobrir despesas administrativas futuras, em função de eventos já ocorridos e a ocorrer. Desta forma, é estimado o valor de despesa unitária de acordo com as despesas administrativas incorridas durante um período de 15 meses anteriores ao estudo.

**(e) Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)**

A constituição da Provisão de riscos não expirados visa cobrir os sinistros a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer referente aos riscos vigentes em determinada data base de cálculo. O cálculo é “*pro-rata-die*”, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição.

**(f) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A Provisão complementar de cobertura é resultado do Teste de Adequação de Passivos, conforme nota 2.8.

**(g) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**

Refere-se aos valores de pecúlios e rendas aleatórios, inclusive atualização destes valores, não pagos em decorrência de eventos ocorridos.

**(h) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)**

Os valores que integram essa provisão são apurados com base nos resgates a regularizar, devoluções de prêmios ou contribuições e portabilidades solicitadas ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora.

**(i) Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)**

A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. não possui histórico de informações com dados suficientes para estabelecer Nota Técnica Atuarial com metodologia específica. Desta forma a constituição desta provisão segue os percentuais e critérios definidos pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações posteriores.

**2.8 Teste de Adequação do Passivo – TAP**

O Teste de Adequação de Passivos (TAP) é realizado para as datas-bases de junho e dezembro, conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, com o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas em relação ao fluxo das obrigações da Seguradora.

As provisões técnicas mencionadas são líquidas de custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis. Ao resultado desta apuração, dá-se o nome de *Net Carrying Amount*.

Para a estimativa dos fluxos de caixa futuros, de contribuições, benefícios e despesas, a Seguradora utiliza os parâmetros definidos pela norma, com destaque para as estimativas de sobrevivência, utilizadas de acordo com a tábua BR-EMS, e a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco, obtida no sítio da SUSEP, de acordo com o indexador da obrigação.

Cabe ressaltar que neste teste o agrupamento de informações é realizado por carteira, com compensação entre produtos (processos SUSEP), em uma mesma provisão técnica. Se o valor presente dos fluxos de caixa mencionados for superior às provisões contabilizadas, a insuficiência é registrada em Provisão Complementar de Cobertura (PCC), correspondente à fase do plano em que a insuficiência foi constatada, seja durante a fase de acumulação (PCC-PMBaC) ou na fase de concessão de benefício (PCC-PMBC), ou ainda em PCC-PPNG para os benefícios de risco. Para as demais provisões, o ajuste (cobertura da insuficiência) é realizado no saldo da própria provisão.

Em 2018 e 2017 a Seguradora realizou o cálculo de TAP e não identificou insuficiência de provisões técnicas.

**2.9. Principais tributos**

A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 mil no ano.

Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

**2.10. Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, (vide nota 12 (a)).

**2.11. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral (vide nota 12 (c)).

**2.12. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro-rata-die*”.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

**2.13. Resultado por ação**

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante os exercícios de 2018 e 2017 a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do exercício e consequentemente o lucro básico por ação é equivalente ao lucro por ação diluído.

**2.14. Normas alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente**

CPC 48, “Instrumentos Financeiros”. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment*; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de *hedge*. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP.

CPC 06 (R2) “Arrendamentos”. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A norma será aplicada quando referendada pela SUSEP.

IFRS 17 “Contratos de Seguro”, emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o IFRS 4 publicado em 2014. O IFRS 17 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O IFRS 17 passa vigorar em 01 de janeiro de 2022, sendo permitido a aplicação antecipada. Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP.

**3. Estimativas e premissas contábeis críticas**

Algumas práticas contábeis requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado; as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, descrito no item (a) abaixo, e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descrita a seguir.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

**(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros**

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração da Seguradora para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de vida e previdência complementar. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos na nota 11.

**(b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros**

A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. A Seguradora segue as orientações do CPC 38 e pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

**(c) Provisões para contingências**

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, essas provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua

relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. Cabe a Administração a avaliação final da probabilidade de perda e o valor da provisão judicial. A Administração acredita que essas provisões para contingência estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**4. Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora.

A Seguradora considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma seguradora e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Seguradora, tendo por atribuição assessorar a alta administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro.

**(a) Risco de seguro**

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de vida e previdência, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado.

**(i) Estratégia de subscrição**

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais.

**(ii) Gerenciamento de ativos e passivos**

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova trimestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, afim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de seguros e a disponibiliza para o Comitê.

**(iii) Gerenciamento de riscos por segmento de negócios**

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação do Passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

**Riscos de seguro vida e previdência**

Os riscos que abrangem o seguro de vida e previdência são:

- . risco de mortalidade, é o risco que a experiência real da morte do tomador de seguros de vida seja maior do que o esperado;
- . risco de longevidade, é o risco de que pensionistas vivam mais do que o esperado;
- . risco de morbidade, é o risco que as alegações de segurados relacionados com a saúde sejam maiores do que o esperado;
- . risco do comportamento do segurado, é o risco em que os segurados que apresentam descontinuidade e redução nas contribuições de períodos anteriores para maturidade dos contratos sejam piores que o esperado, reduzindo o fluxo de caixa de negócios subscritos impactando na habilidade de cobertura das despesas de comissão deferida;
- . risco de despesa, é o risco de que as despesas de aquisição e gestão das políticas sejam maiores do que o esperado.

Um portfólio mais diversificado de riscos é menos suscetível de ser afetado por uma alteração em qualquer subconjunto dos riscos.

A Seguradora conta com comitês locais de desenvolvimento de produto e um comitê de aprovação do produto, sob a liderança do *Chief Risk Officer Global Life*, para potenciais produtos de vida nova que poderá aumentar significativamente ou alterar a natureza de seus riscos. Estes exames permitem a Seguradora gerir novos riscos inerentes às suas proposições de novos negócios. A Seguradora analisa periodicamente a adequação continuada e os riscos potenciais dos produtos existentes.

Segue uma visão geral das principais linhas do grupo de negócio:

**Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL)**

É um plano de previdência complementar, que objetiva a concessão de benefícios, em vida, ao participante, cujo valor do benefício é livre, ou seja, irá variar de acordo com as contribuições pagas e a rentabilidade do fundo no qual suas provisões serão aplicadas. A Seguradora conta em sua carteira com planos com atualização de valores pelo IGP-M/FGV e IPCA/IBGE. As tábuas base para conversão em renda são a AT-83, AT-2000 e a BR-EMSsb, esta última adotada nos planos lançados mais recentemente e a

**Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)**

É um seguro de vida com cobertura por sobrevivência, que objetiva a concessão de indenizações em vida ao Segurado, cujo valor do benefício é livre, ou seja, irá variar de acordo com os prêmios pagos e a rentabilidade do fundo no qual suas provisões serão aplicadas. A Seguradora conta em sua carteira com planos com atualização de valores pelo IGP-M/FGV e IPCA/IBGE. As tábuas base para conversão em renda são a AT-83, AT-2000

continua ...

## Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2018			2017		
	Até De 1 a 1 ano	Acima 5 anos de 5 anos	Total	Até De 1 a 1 ano	Acima 5 anos de 5 anos	Total
<b>Títulos disponíveis para a venda</b>						
Títulos de renda fixa públicos	-	5.214	8.649	5.950	8.550	19.541
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>						
Fundos de investimentos exclusivos	2.057.628	-	2.057.628	1.669.651	-	1.669.651
Fundos de investimentos não exclusivos	572	-	572	59.655	-	59.655
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	8.023	-	8.023	8.753	-	8.753
<b>Outros créditos operacionais</b>	3.025	-	3.025	2.143	-	2.143
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>2.069.248</b>	<b>5.214</b>	<b>2.077.897</b>	<b>1.746.152</b>	<b>8.550</b>	<b>1.759.743</b>

A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de seguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados.

Passivos de previdência e vida com cobertura de sobrevivência (provisões)  
**Total de passivos de previdência e vida com cobertura de sobrevivência (provisões)**

Maturidade dos passivos no exercício de 2018					
zero a um ano	um a três anos	três a cinco anos	Acima de cinco anos	Valor total	Valor contábil
184.798	300.849	235.442	1.339.127	2.060.216	2.063.415

Maturidade dos passivos no exercício de 2017					
zero a um ano	um a três anos	três a cinco anos	Acima de cinco anos	Valor total	Valor contábil
161.911	268.440	218.059	1.018.583	1.666.993	1.671.640

Passivos de previdência e vida com cobertura de sobrevivência (provisões)  
**Total de passivos de previdência e vida com cobertura de sobrevivência (provisões)**

Maturidade dos passivos no exercício de 2017					
zero a um ano	um a três anos	três a cinco anos	Acima de cinco anos	Valor total	Valor contábil
161.911	268.440	218.059	1.018.583	1.666.993	1.671.640

O valor da maturidade dos passivos não contempla o saldo de DPVAT de R\$ 59.574 em 2017.

**(e) Risco de mercado****(i) Gerenciamento de risco de mercado**

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos desdobramentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

**(ii) Controle do risco de mercado**

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora.

O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são:

- definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial);
- avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras;
- analisar a política de liquidez;
- estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas;
- realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

Dentre as principais atividades da área de Gestão de Risco de Mercado, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR.

**(iii) Análise do risco de mercado**

A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), sendo o cumprimento destes acompanhado diariamente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos.

A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do

**Ao valor justo por meio do resultado****Fundos de investimentos exclusivos**

	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8.178	16.145	2.225	11.087	37.635
Tesouro SELIC (LFT)	-	1.479	-	168.876	170.355
Tesouro Prefixado (LTN)	-	-	1.428	31.535	32.963
Operações Compromissadas (LTN)	12.285	-	12.680	35.173	60.138
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	-	-	-	191.649	191.649
Tesouro IPCA+ (NTN-F)	-	-	-	52.391	52.391
Operações Compromissadas (NTN)	8.191	-	-	48.376	56.567
Letras Financeiras (LF)	409	18.132	17.381	193.328	229.250
Quotas de fundos de investimentos	1.125.844	-	-	-	1.125.844
Letras de Câmbio	204	-	-	4.884	5.088
SWAP	543	898	1.189	804	3.434
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	3.064	3.064
Ações	20.259	-	-	-	20.259
Debêntures	-	3.122	2.391	63.478	68.991

**Fundos de investimentos não exclusivos**

	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos	572	-	-	-	572
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	8.649	8.649
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	-	-	-	208	208
Tesouro PRE+ (NTN-F)	-	-	-	998	998
Tesouro SELIC (LFT)	-	-	-	3.553	3.553
Tesouro PRE (LTN)	-	-	-	3.890	3.890
<b>Total em 2018</b>	<b>1.176.485</b>	<b>39.776</b>	<b>37.294</b>	<b>813.294</b>	<b>2.066.849</b>
<b>Total em 2017</b>	<b>950.822</b>	<b>36.465</b>	<b>75.572</b>	<b>685.988</b>	<b>1.748.847</b>

(\*) Em 2018, a Seguradora efetuou a baixa de 5% do estoque total de CSLL (constituído à alíquota 20%), uma vez que, conforme o disposto na Lei 13.196/05, a alíquota desta contribuição voltará a ser de 15% a partir de 01.01.2019. Desta forma, os efeitos líquidos tributários, já refletem tal alteração.

**(b) Resumo da movimentação das aplicações financeiras**

	Saldo em 2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 2018
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>1.729.306</b>	<b>468.017</b>	<b>(270.728)</b>	<b>131.605</b>	<b>-</b>	<b>2.058.200</b>
<b>Fundos de investimentos exclusivos</b>	<b>1.669.651</b>	<b>466.911</b>	<b>(210.476)</b>	<b>131.542</b>	<b>-</b>	<b>2.057.628</b>
Fundos de investimentos não exclusivos	59.655	1.106	(60.252)	63	-	572
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos	59.655	1.106	(60.252)	63	-	572
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>19.541</b>	<b>13.614</b>	<b>(25.510)</b>	<b>1.020</b>	<b>(16)</b>	<b>8.649</b>
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	1.962	-	(1.850)	148	(52)	208
Tesouro PRE+ (NTN-F)	3.079	-	(2.218)	178	(42)	998
Tesouro PRE (LTN)	14.500	6.003	(2.441)	250	78	3.890
Tesouro SELIC+ (LFT)	14.500	7.611	(19.002)	444	-	3.553
<b>Total</b>	<b>1.748.847</b>	<b>481.631</b>	<b>(296.238)</b>	<b>132.625</b>	<b>(16)</b>	<b>2.066.849</b>

**Ao valor justo por meio do resultado**

	Saldo em 2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 2017
<b>Fundos de investimentos exclusivos</b>	<b>1.332.703</b>	<b>331.364</b>	<b>(81.434)</b>	<b>146.673</b>	<b>-</b>	<b>1.729.306</b>
Fundos de investimentos não exclusivos	1.276.581	324.171	(71.951)	140.850	-	1.669.651
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos	56.122	7.193	(9.483)	5.823	-	59.655
Títulos disponíveis para venda	56.122	7.193	(9.483)	5.823	-	59.655
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>9.695</b>	<b>20.732</b>	<b>(12.651)</b>	<b>1.421</b>	<b>344</b>	<b>19.541</b>
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	1.817	3.773	(3.842)	(13)	227	1.962
Tesouro PRE+ (NTN-F)	-	2.954	(142)	164	103	3.079
Tesouro PRE+ (LTN)	-	3.005	(2.973)	(32)	-	-
Tesouro SELIC+ (LFT)	7.878	11.000	(5.694)	1.302	14	14.500
<b>Total</b>	<b>1.342.398</b>	<b>352.096</b>	<b>(94.085)</b>	<b>148.094</b>	<b>344</b>	<b>1.748.847</b>

O quadro a seguir demonstra os ativos financeiros:

e a BR-EMSsb, esta última adotada nos planos lançados mais recentemente.

**(iv) Análise de sensibilidade**

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. A Seguradora não tem cessão de riscos em resseguro, razão pela qual não apresentamos o impacto sobre valores líquidos. Também não apresentamos um teste para a variável sinistralidade, pois a carteira da Seguradora é composta apenas de planos de previdência, e por se tratar de obrigações de longo prazo, o modelo de projeções utiliza para a estimativa dos sinistros as tábuas de mortalidade e de sobrevivência. A inflação não foi considerada no teste porque todos os planos têm obrigações indexadas ao IGP-M/FGV e IPCA/IBGE, e, desta forma, o efeito da inflação não é importante para avaliação do fluxo de obrigações de longo prazo. Os efeitos sobre as variáveis mortalidade e sobrevivência estão consolidados no teste de sensibilidade para a taxa de mortalidade, por estarem interligados. O cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte utilizaram as tábuas BR-EMS, versão 2015, conforme determina Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP, conforme o indexador de cada plano e de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. A premissa de conversão em renda foi estimada a partir da experiência da Seguradora nos últimos 3 anos. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

**Vida e Previdência****Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido**

	2018	
	Resultado antes dos impostos	Patrimônio líquido
<b>Premissas atuariais</b>		
Aumento de 1% na taxa de juros	-0,17%	16,40%
Redução de 1% na taxa de juros	0,20%	-19,51%
Aumento de 5% na taxa de mortalidade	-0,01%	0,61%
Redução de 5% na taxa de mortalidade	0,01%	-0,61%
Aumento de 20% na conversão em renda	0,02%	-2,06%
Redução de 20% na conversão em renda	-0,02%	2,07%

**Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido**

	2017	
	Resultado antes dos impostos	Patrimônio líquido
<b>Premissas atuariais</b>		
Aumento de 1% na taxa de juros	-0,20%	15,75%
Redução de 1% na taxa de juros	0,23%	-18,09%
Aumento de 5% na taxa de mortalidade	-0,08%	6,07%
Redução de 5% na taxa de mortalidade	0,09%	-6,72%
Aumento de 20% na conversão em renda	-0,10%	7,99%
Redução de 20% na conversão em renda	0,10%	-7,99%

Os diferentes impactos das suposições econômicas sobre o lucro e o patrimônio líquido decorrem da classificação de determinados ativos como "Disponíveis para venda", para os quais as movimentações nos ganhos ou prejuízos não realizados afetam diretamente o patrimônio líquido.

**(b) Concentração de riscos**

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nas rendas de contribuições e prêmios. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

**Total de rendas de contribuições e prêmios por região geográfica**

Linhas de negócios	Centro-oeste					Total
	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-oeste	
PGBL	4.107	47.979	1.347	6.491	6.011	65.935
VGBL	5.593	273.769	1.022	4.924	9.261	294.569
<b>Total em 2018</b>	<b>9.700</b>	<b>321.748</b>	<b>2.369</b>	<b>11.415</b>	<b>15.272</b>	<b>360.504</b>
<b>Total em 2017</b>	<b>2.168</b>	<b>125.067</b>	<b>1.697</b>	<b>6.705</b>	<b>3.346</b>	<b>138.983</b>

**(c) Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são os ativos financeiros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito dos ativos financeiros, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica de renda de contribuições, conforme Nota 4 (b).

**Exposições ao risco de crédito**

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito.

Os ativos são analisados na tabela abaixo usando o *rating* da Standard & Poor's (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente comparada ao período anterior.

**(d) Risco de liquidez****Composição de carteira por classe e por categoria contábil**

	AA	B	2018
<b>Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)</b>	<b>7.974</b>	<b>49</b>	<b>8.023</b>
<b>Disponíveis para venda (nota 6)</b>			
Públicos	8.649	-	8.649
<b>Valor justo por meio do resultado (nota 6)</b>	<b>572</b>	<b>572</b>	<b>1.144</b>
Privados	17.195	-	17.244

**Exposição máxima ao risco de crédito**

	AA	BB	B	2017
<b>Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)</b>	<b>8.439</b>	<b>211</b>	<b>103</b>	<b>8.753</b>
<b>Disponíveis para venda (nota 6)</b>				
Públicos	19.541	-	-	19.541
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>27.980</b>	<b>211</b>	<b>103</b>	<b>28.294</b>

Os fundos de investimentos exclusivos R\$ 2.057.628 em 2018 (R\$ 1.669.651 em 2017) não estão sendo avaliados por que a Seguradora assumi que o risco é do beneficiário e não da companhia.

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento.

**(i) Gerenciamento de risco de liquidez**

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

**(ii) Exposição ao risco de liquidez**

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela área financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. O quadro a seguir demonstra os ativos financeiros:

continua ...

**Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.**

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**(c) Estimativa do valor justo**

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 – títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 – títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 – títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável.

Em 2018 e 2017, a Seguradora não apresenta nenhum título classificado no nível 3.

	2018		2017
	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio do resultado	<b>584.322</b>	<b>1.473.878</b>	<b>2.058.200</b>
<i>Fundos de investimentos exclusivos</i>			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	37.635	37.635
Tesouro SELIC (LFT)	170.355	-	170.355
Tesouro Prefixado (LTN)	32.963	-	32.963
Operações Compromissadas (LTN)	60.138	-	60.138
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	191.649	-	191.649
Tesouro IPCA+ (NTN-F)	52.391	-	52.391
Operações Compromissadas (NTN)	56.567	-	56.567
Letras Financeiras (LF)	-	229.250	229.250
Quotas de fundos de investimentos	-	1.125.844	1.125.844
Letras de Câmbio	-	5.088	5.088
SWAP	-	3.434	3.434
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	3.064	3.064
Ações	20.259	-	20.259
Debêntures	-	68.991	68.991
<i>Fundos de investimentos não exclusivos</i>			
Quotas de fundos de investimentos	-	572	572
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>8.649</b>	<b>-</b>	<b>8.649</b>
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	208	-	208
Tesouro PRE+ (NTN-F)	998	-	998
Tesouro SELIC (LFT)	3.553	-	3.553
Tesouro PRE (LTN)	3.890	-	3.890
<b>Total aplicações</b>	<b>592.971</b>	<b>1.473.878</b>	<b>2.066.849</b>

	2017		2016
	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio do resultado	<b>563.453</b>	<b>1.165.853</b>	<b>1.729.306</b>
<i>Fundos de investimentos exclusivos</i>			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	37.131	37.131
Tesouro SELIC (LFT)	172.465	-	172.465
Tesouro Prefixado (LTN)	52.405	-	52.405
Operações Compromissadas (LTN)	31.943	-	31.943
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	255.826	-	255.826
Tesouro IPCA+ (NTN-F)	37.713	-	37.713
Operações Compromissadas (NTN)	10.417	-	10.417
Letras Financeiras (LF)	-	161.802	161.802
Quotas de fundos de investimentos	-	880.711	880.711
Letras de Câmbio	-	3.240	3.240
SWAP	-	(15)	(15)
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	3.501	3.501
Ações	2.684	-	2.684
Debêntures	-	19.828	19.828
<i>Fundos de investimentos não exclusivos</i>			
Quotas de fundos de investimentos – DPVAT	-	59.655	59.655
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>19.541</b>	<b>-</b>	<b>19.541</b>
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	1.962	-	1.962
Tesouro PRE+ (NTN-F)	3.079	-	3.079
Tesouro SELIC (LFT)	14.500	-	14.500
<b>Total aplicações</b>	<b>582.994</b>	<b>1.165.853</b>	<b>1.748.847</b>

**(d) Taxas contratadas**

A abertura das taxas contratadas aplica-se apenas para a carteira própria da Seguradora, não incluindo os fundos de investimentos exclusivos.

Títulos	Classes	Taxa de juros contratada a.a.	2018	
			Valor	Percentual
NTN-B	Tesouro IPCA+ (NTN-B)	De 05,00% até 7,99%	208	2,26
NTN-F	Tesouro PRE+ (NTN-F)	De 10,00% até 11,0%	998	10,82
LTN	Tesouro PRE (LTN)	De 07,00% até 08,99%	3.890	42,19
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pos fixado	375	4,07
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pos fixado	148	1,61
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pos fixado	49	0,54
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pos fixado	543	5,89
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pos fixado	2.437	26,43
Fundos	Quotas de fundos de investimento	Pos fixado	572	6,20
			<b>9.221</b>	<b>100,00</b>

  

Títulos	Classes	Taxa de juros contratada a.a.	2017	
			Valor	Percentual
NTN-B	Tesouro IPCA+ (NTN-B)	De 05,00% até 7,99%	1.962	2,48
NTN-F	Tesouro PRE+ (NTN-F)	De 10,00% até 11,0%	3.079	3,89
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pos fixado	130	0,16
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pos fixado	8.549	10,80
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pos fixado	2.005	2,53
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pos fixado	3.816	4,82
Fundos	Quotas de fundos de investimento	Pos fixado	59.655	75,33
			<b>79.195</b>	<b>100,00</b>

**(e) Instrumentos financeiros por categoria**

	2018			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros				
Aplicações	2.058.200	100,00	8.649	100,00
Outros créditos operacionais	-	-	-	3.025
<b>Total</b>	<b>2.058.200</b>	<b>100,00</b>	<b>8.649</b>	<b>100,00</b>

  

	2017			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros				
Aplicações	1.729.306	100,00	19.541	100,00
Outros créditos operacionais	-	-	-	2.143
<b>Total</b>	<b>1.729.306</b>	<b>100,00</b>	<b>19.541</b>	<b>100,00</b>

**(f) Análise de sensibilidade**

A Seguradora realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC os quais estão apresentados brutos dos efeitos tributários conforme destacado no quadro a seguir:

	2018			
	Títulos públicos	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	572.711	368.294	1.125.844	2.066.849
SELIC – % a.a.	6,40	-	6,40	6,40
CDI – % a.a.	-	6,40	-	6,40
Projeção de rentabilidade – próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	36.654	23.571	72.054	132.279
Queda 25%	27.490	17.678	54.041	99.209
Queda 50%	18.327	11.785	36.027	66.139
Elevação 25%	45.818	29.464	90.068	165.350
Elevação 50%	54.981	35.356	108.081	198.418

  

	2017			
	Títulos públicos	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	580.311	228.170	940.366	1.748.847
SELIC – % a.a.	6,90	-	6,90	6,90
CDI – % a.a.	-	6,89	-	6,89
Projeção de rentabilidade – próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	40.041	15.721	64.885	120.647
Queda 25%	30.031	11.791	48.664	90.486
Queda 50%	20.021	7.860	32.443	60.324
Elevação 25%	50.052	19.651	81.107	150.810
Elevação 50%	60.062	23.581	97.328	180.971

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central.  
Fonte CDI: Taxas efetivas retiradas da CETIP.

**7. Imposto de renda e contribuição social**

	2018	2017
Créditos tributários	2.269	2.151
IRPJ e CSLL a compensar	878	846
Outros créditos tributários e previdenciários	533	334
Créditos tributários prejuízo fiscal	774	222
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>4.454</b>	<b>3.553</b>

**(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais, e conciliados para os valores registrados como despesa de cada exercício findo, conforme segue:

	2018	2017
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(1.719)</b>	<b>4.747</b>
<b>Resultado após Juros sobre capital próprio</b>	<b>(1.719)</b>	<b>4.747</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	774	(2.187)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(7)	-
Demais ajustes (i)	(97)	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>670</b>	<b>(2.187)</b>

(i) Em 2018, a Seguradora efetuou a baixa de 5% do estoque total de CSLL (constituído à alíquota 20%), uma vez que, conforme o disposto na Lei 13.196/05, a alíquota desta contribuição voltará a ser de 15% a partir de 01.01.2019. Da mesma forma, os créditos constituídos no período, já refletem tal alteração.

**(b) Ativos e passivos fiscais diferidos**

Os créditos tributários diferidos são compostos como segue:

	Saldo em 2017	Constituição	Realização	Saldo em 2018
Sobre diferenças temporárias				
Provisão para obrigações legais	2.151	118	-	2.269
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(74)	15	-	(59)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>2.077</b>	<b>133</b>	<b>-</b>	<b>2.210</b>
<b>Saldo dos créditos tributários registrados</b>	<b>2.077</b>	<b>133</b>	<b>-</b>	<b>2.210</b>

  

	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Sobre diferenças temporárias				
Provisão para obrigações legais	4.509	-	(2.358)	2.151
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	81	-	(155)	(74)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>4.590</b>	<b>-</b>	<b>(2.513)</b>	<b>2.077</b>
<b>Saldo dos créditos tributários registrados</b>	<b>4.590</b>	<b>-</b>	<b>(2.513)</b>	<b>2.077</b>

**8. Obrigações a pagar**

	2018	2017
Outras obrigações (*)	8.310	11.354
Dividendos a pagar	1.124	2.453
Pagamentos a efetuar	154	1.530
<b>Total das obrigações a pagar</b>	<b>9.588</b>	<b>15.337</b>

(\*) recebimentos diversos dos últimos dias do mês pendentes de identificação com os extratos bancários, conciliados na competência seguinte.

**9. Custos de aquisição diferidos**

**(a) Premissas e prazo para diferimento**

Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São consideradas como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros e previdência. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros

**(b) Discriminação**

	2018	2017
Comissões seguros	19.325	5.715
Comissões previdência	6.850	1.395
<b>Total</b>	<b>26.175</b>	<b>7.110</b>

**(c) Movimentação**

	2017	Constituição	Amortização	2018
Comissões seguros (*)	5.715	19.325	(5.715)	19.325
Comissões previdência (*)	1.395	6.850	(1.395)	6.850
<b>Total</b>	<b>7.110</b>	<b>26.175</b>	<b>(7.110)</b>	<b>26.175</b>

  

	2016	Constituição	Amortização	2017
Comissões seguros	711	5.992	(988)	5.715
Comissões previdência	558	1.063	(226)	1.395
<b>Total</b>	<b>1.269</b>	<b>7.055</b>	<b>(1.214)</b>	<b>7.110</b>

(\*) Em 2018 a Seguradora alterou a metodologia do diferimento da comissão, com base em nota técnica atuarial.

**10. Provisões judiciais e depósitos judiciais**

**(a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos, obrigações legais e depósito judicial por natureza.**

	2018	2017
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	5.042	4.781
<b>Total do passivo</b>	<b>5.042</b>	<b>4.781</b>
Depósito judicial fiscal – COFINS	3.794	3.643
<b>Total do ativo</b>	<b>3.794</b>	<b>3.643</b>

**(b) Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos fiscais e obrigações legais:**

	Saldo em 2016	Constituição líquida de reversão e atualização monetária	Saldo em 2017
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	4.781	261	5.042
PIS/COFINS receitas financeiras	4.781	261	5.042
<b>Saldo dos créditos tributários registrados</b>	<b>4.781</b>	<b>261</b>	<b>5.042</b>

  

	Saldo em 2016	Constituição líquida de reversão e atualização monetária	Saldo em 2017
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	10.021	(5.240)	4.781
PIS/COFINS receitas financeiras	10.021	(5.240)	4.781
<b>Saldo dos créditos tributários registrados</b>	<b>10.021</b>	<b>(5.240)</b>	<b>4.781</b>

**PIS/COFINS receitas financeiras:**  
Obrigação legal – PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, impetramos Mandado de Segurança visando a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor à Companhia o dever de se sujeitar à Contribuição ao PIS e à COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal. (R\$ 1.248).  
Obrigação legal – COFINS: Impetramos Mandado de Segurança com o objetivo de assegurar o direito líquido e certo de a impetrante recolher a COFINS com base em seu faturamento mensal, declarando-se incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que pretendeu o alargamento da base de cálculo da COFINS. Requereu-se ainda a declaração do direito à compensação dos valores indevidamente já recolhidos com a base de cálculo alargada. (R\$ 3.794).

**11. Provisões técnicas**

**(a) Seguros – circulante e não circulante**

	Provisão de sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão matemática de benefícios a conceder e concedidos	Provisão de despesa relacionada	Outras provisões	Total
Vida com cobertura de sobrevivência	-	-	1.313.062	1.960	1.460	1.316.482
<b>Total em 2018</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.313.062</b>	<b>1.960</b>	<b>1.460</b>	<b>1.316.482</b>
DPVAT	8.756	50.486	-	-	333	59.575
Vida com cobertura de sobrevivência	-	-	1.057.694	1.041	169	1.058.904
<b>Total em 2017</b>	<b>8.756</b>	<b>50.486</b>				

## Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo em 2016	Consti- tução	Portabilidade líquida	Resgates/ Reversões	Atualização monetária e juros	Saldo em 2017	(c) Custos de aquisição	2018	2017
Provisão sinistro a liquidar – DPVAT	15.708	1.058	–	(4.577)	1.044	13.233	Comissão DPVAT	–	(245)
Prov. Sinistro ocorrido mas não avisados – DPVAT	39.782	8.331	–	(6.821)	4.717	46.009	Despesas de corretagem	(2.167)	(1.224)
Outras provisões – DPVAT	429	280	–	(417)	40	332	<b>Total dos custos de aquisição</b>	<b>(2.167)</b>	<b>(1.469)</b>
Provisão Mate. Benef. Conceder	812.082	102.286	105.111	(52.247)	90.239	1.057.471	<b>(d) Outras receitas e despesas operacionais</b>		
Provisão excedentes financeiros	8	21	–	(29)	–	–			
Provisão resgates e outros valores a regularizar	168	95.620	–	(95.620)	–	168	Convênio DPVAT	–	1.876
Provisão matemática benefícios concedidos	510	–	–	(319)	34	225	Outras receitas	–	27
Provisão de despesas relacionadas	1.015	12.549	–	(12.523)	–	1.041	<b>Outras receitas operacionais</b>	–	<b>1.903</b>
<b>Saldo total</b>	<b>869.702</b>	<b>220.145</b>	<b>105.111</b>	<b>(172.553)</b>	<b>96.074</b>	<b>1.118.479</b>	Convênio DPVAT	–	(2.244)
<b>(d) Movimentação das provisões técnicas – previdência complementar</b>							Outras despesas	(57)	(98)
	Saldo em 2017	Consti- tução	Portabilidade líquida	Resgates	Atualização monetária e juros	Saldo em 2018	<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(57)</b>	<b>(2.342)</b>
Provisão matemática de benefícios a conceder	610.764	65.915	33.450	(15.545)	48.809	743.393	<b>Total das outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(57)</b>	<b>(439)</b>
Provisão riscos não expirados	3	29	–	(30)	–	2	<b>(e) Despesas administrativas</b>		
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.134	2	–	(148)	170	1.158			
Provisão benefício a regularizar	90	4	–	(147)	54	1			
Provisão eventos ocorridos não expirados	5	196	–	(178)	–	23	Pessoal próprio	(1.140)	(614)
Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar	165	66.961	–	(65.757)	–	1.369	Serviços de terceiros	(724)	(694)
Provisão despesas relacionadas	575	8.688	–	(8.276)	–	987	Localização e funcionamento	(540)	(576)
<b>Saldo total</b>	<b>612.736</b>	<b>141.795</b>	<b>33.450</b>	<b>(90.081)</b>	<b>49.033</b>	<b>746.933</b>	Publicações	(137)	(98)
	Saldo em 2016	Consti- tução	Portabilidade líquida	Resgates	Atualização monetária e juros	Saldo em 2017	Donativos e contribuições	(15)	(1)
Provisão matemática de benefícios a conceder	462.948	35.876	80.726	(19.252)	50.466	610.764	Despesas administrativas diversas	141	(2.058)
Provisão riscos não expirados	3	32	–	(32)	–	3	Despesas administrativas do convênio DPVAT	(176)	(1.399)
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.008	218	–	(133)	41	1.134	<b>Total das despesas administrativas</b>	<b>(2.591)</b>	<b>(5.440)</b>
Provisão benefício a regularizar	90	133	–	(133)	–	90	<b>(f) Despesas com tributos</b>		
Provisão eventos ocorridos não expirados	5	66	–	(66)	–	5			
Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar	498	75.290	–	(75.623)	–	165	Impostos federais, municipais e estaduais	(228)	(163)
Provisão despesas relacionadas	573	6.751	–	(6.749)	–	575	COFINS e PIS*	(315)	3.806
<b>Saldo total</b>	<b>465.125</b>	<b>118.366</b>	<b>80.726</b>	<b>(101.988)</b>	<b>50.507</b>	<b>612.736</b>	Taxa de fiscalização	(807)	(750)
							Outros tributos	(16)	(1)

**(e) Garantias das provisões técnicas**

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2018	2017
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>2.063.415</b>	<b>1.731.215</b>
Aplicação em FIE's – Fase de Diferimento/ Benefício	(2.057.628)	(1.669.651)
Provisão do consórcio DPVAT	–	(59.655)
<b>Total das provisões técnicas a ser coberto</b>	<b>5.787</b>	<b>1.909</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.553	14.500
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.206	5.041
Notas do Tesouro Nacional (LTN)	3.890	–
Fundos de investimento de renda fixa	572	–
<b>Total dos ativos oferecidos em garantia</b>	<b>9.221</b>	<b>19.541</b>
<b>Suficiência de garantia das provisões técnicas</b>	<b>3.434</b>	<b>17.632</b>
Liquidez – 20% sobre o Capital de Risco (Nota 12.d)	1.478	2.731
<b>Suficiência de Liquidez</b>	<b>1.956</b>	<b>14.901</b>

**12. Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 25.628 (R\$ 12.628 em 2017), está representado em 2018 por 531.541 e 2017 por 329.236 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 2018 a Seguradora realizou um aumento de capital do único acionista, Zurich Minas Brasil Seguros S.A., no valor de R\$ 13.000 mediante a emissão de 202.305 novas ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado.

**(b) Reservas de lucros**

	2018	2017
Reserva legal (i)	1.216	1.216
Reserva estatutária (ii)	6.485	7.534
<b>Reservas de lucros</b>	<b>7.701</b>	<b>8.750</b>

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

(ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. Sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral.

**(c) Dividendos propostos**

São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária. Em 2018 não houve distribuição

de resultado devido ao prejuízo do exercício. Em 2017 o valor de dividendos corresponde a R\$ 608.

**(d) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido**

Descrição	2018	2017
Patrimônio líquido	33.418	21.468
<b>Ajustes contábeis:</b>		
Despesa antecipada.	(184)	(175)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.	(774)	(222)
50% do custo de aquisição diferida não relacionada a PPNG	(13.088)	–
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>19.372</b>	<b>21.177</b>
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	3.392	11.288
Capital adicional baseado no risco de crédito	3.157	1.671
Capital adicional baseado no risco operacional	1.653	1.337
Capital adicional baseado no risco de mercado	213	381
Benefício da diversificação	(1.024)	(1.024)
Capital de risco (b)	7.391	13.654
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b))	15.000	15.000
<b>Suficiência de capital</b>	<b>4.372</b>	<b>6.177</b>

A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações através da Resolução CNSP 343/2016, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Seguradora adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.

**13. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado****(a) Prêmios emitidos**

	2018	2017
Prêmios convênio DPVAT	–	20.792
<b>Total dos prêmios emitidos</b>	<b>–</b>	<b>20.792</b>

**(b) Sinistros ocorridos**

	2018	2017
Indenizações avisadas – DPVAT	–	(11.989)
Despesas de sinistros – DPVAT	–	(5.271)
Variação da provisão sinistros/eventos ocorridos mas não avisados	–	(233)
<b>Total dos sinistros ocorridos</b>	<b>–</b>	<b>(17.493)</b>

Diretores		Contador		Atuário	
Edson Luís Franco	Miguel Iniesta Soria	Ana Paula Lima Petri	Fernanda Lores		
Marcio Benevides Xavier	Gláucia Asvolinsque Diogo de Faria Smithson	CRC 1SP267635/O-1	MIBA 1740		

**Comitê de Auditoria****1. Atividades do Comitê**

No decorrer do exercício de 2018, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram:

- Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê;
- Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2018 e dos relatórios emitidos;
- Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2018;
- Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais;
- Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2018.

**2. Auditoria Interna**

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2018 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2018, mostram-se suficientes.

**Parecer dos Auditores Atuariais Independentes**

atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Zurich Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis

	2018		2017	
Ativo e passivo	Receitas e despesas	Ativo e passivo	Receitas e despesas	
Despesas:				
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(137)	(1.893)	(333)	(2.244)

**(a) Remuneração do pessoal chave da administração**

R\$ 1.893 (R\$ 2.244 em 2017) refere-se às despesas com remuneração dos administradores que a Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

**15. Eventos subsequentes**

Em 31 de janeiro de 2019 a seguradora realizou um aumento de capital do único acionista, Zurich Minas Brasil Seguros S.A., no valor de R\$ 7.000 (sete milhões de reais) mediante a emissão de 113.437 novas ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado, o aumento de capital encontra em processo de homologação da SUSEP.

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2018.

**4. Controladoria**

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

**5. Demonstrações Financeiras**

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2018, bem como os respectivos relatórios da Administração.

**6. Conclusão**

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da ZURICHVIDA e PREVIDENCIA S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2018.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

**Membros**  
Julio de Albuquerque Bierrenbach Helio Fernando Leite Solino  
Luiz Roberto Cafarella

divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**Outros Assuntos**  
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

**PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.**  
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino  
São Paulo-SP – Brasil 05001-903 – CNPJ 02.646.397/0001-19  
CIBA 105  
Carlos Eduardo Silva Teixeira – MIBA 729

adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilida-

continua ...

## Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

... continuação do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

des do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é res-

ponsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 000.160/O-5

**Maria José De Mula Cury**  
Contadora  
CRC 1SP 192.785/O-4



## Certificação Digital Imprensa Oficial

### Segurança e agilidade na administração da sua empresa

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

**io | certificação digital**

SAC 0800 01234 01

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO